



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – ALESC

EDITAL Nº 01/2024

ANALISTA LEGISLATIVO III

DIREITO

TIPO 1 – BRANCA

Atenção: a frase a seguir deverá ser transcrita no espaço reservado do seu cartão de resposta, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas.

Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **80 (oitenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco)** horas e **30 (trinta)** minutos para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e o preenchimento da folha de textos definitivos;
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e da folha de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e em sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e da sua folha de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa Prova!**

MÓDULO DE CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

1

Interpretar um texto é poder ver todos os seus significados. Com essa ideia em mente, leia o texto a seguir com atenção.

“Todas as ideias econômicas importantes podem ser enunciadas de forma simples. Para desenvolver uma ideia, é claro, você pode precisar de algum aparato formal a fim de fazê-lo de um modo sistemático, mas você pode enunciar a essência de uma ideia de forma simples. E, quando as pessoas dizem que uma ideia é complicada em demasia para ser enunciada de forma simples, isso significa que elas não sabem como enunciá-la de forma simples, algumas vezes pelo fato de que elas não a compreendem inteiramente”. (Gary Becker)

Indique a opção cuja informação está contida no texto lido.

- (A) O autor fala de um nível simples de linguagem, que não pode ser empregado em textos de conteúdo complicado.
- (B) As ideias complicadas podem ser veiculadas de forma simples, sem prejuízo de seu conteúdo.
- (C) Às vezes, algum aparato formal utilizado no texto pode prejudicar a simplicidade da linguagem.
- (D) Algumas pessoas, por ignorância redacional, não conseguem expressar ideias simples em linguagem formal.
- (E) A simplicidade da linguagem empregada está diretamente ligada à simplicidade do conteúdo a ser expresso.

2

Observe o texto a seguir.

“Os países da América Latina não precisam criar uma civilização. Ela já foi criada pela Europa nos últimos quatro séculos. Cabe-nos assimilar essa civilização.” (Eugênio Gudín)

Sobre o conteúdo e a estruturação desse pequeno texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O conceito de civilização, nesse texto, se prende exclusivamente aos valores clássicos de cultura.
- (B) Entre os dois primeiros períodos do texto há uma relação, respectivamente, de causa e consequência.
- (C) O autor defende a criação de uma civilização nacional original, apoiada em valores europeus.
- (D) O texto mostra uma visão negativa das possibilidades culturais dos países da América latina.
- (E) O último período do texto mostra uma justificativa das ideias apresentadas anteriormente.

3

Observe o fragmento textual a seguir.

“O ensino superior no Brasil parece não ensinar o mínimo necessário às diferentes profissões, o que é evidenciado pelo péssimo desempenho profissional da grande maioria. A prioridade de um governo brasileiro deve estar sempre voltada para a educação, que é a fonte de todos os bens.”

Sobre esse texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O segundo período do texto reafirma as ideias já expressas anteriormente.
- (B) Os argumentos comprovadores de nossa má educação carecem de evidências convincentes.
- (C) A conclusão desse texto é a de que o grande culpado do péssimo nível de nossa educação está no atual governo.
- (D) A tese desse texto é a constatação de um péssimo serviço educacional das universidades.
- (E) Trata-se de um texto argumentativo em que a defesa da tese se apoia num argumento de autoridade.

4

Observe o segmento textual a seguir.

“Todos os homens se dividem em todos os tempos e também hoje, em escravos e livres; pois aquele que não tem dois terços do dia para si é escravo, não importa o que seja: estadista, comerciante, funcionário ou erudito.” (Nietzsche)

Sobre a estruturação desse texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os vocábulos presentes na expressão “e também” são redundantes, bastando apenas um deles na frase.
- (B) O sentido de “e também hoje” já está incluído no termo anterior “em todos os tempos”.
- (C) A enumeração “estadista, comerciante, funcionário ou erudito” está em progressão de valor cultural.
- (D) A definição de “escravo” é dada em função do tempo livre variável nas diferentes atividades.
- (E) A diferença entre escravos e livres está na valorização do trabalho nas diversas profissões.

5

As opções a seguir apresentam frases em que há um termo sublinhado que estabelece relações de coesão com outro termo anterior.

Assinale a frase em que a identificação desse termo anterior está **equivocada**.

- (A) Na prosperidade nossos amigos nos conhecem, mas na adversidade somos nós que os conhecemos. / os = nossos amigos.
- (B) Aquilo que nos agrada em nossos amigos é a atenção que eles nos dedicam. / que = aquilo.
- (C) Quanto mais velho você fica, mais fácil é chutar a sua idade. / sua = você.
- (D) Vou lhe dizer um grande segredo, meu caro. Não espere o juízo final. Ele se realiza todos os dias. / ele = o juízo final.
- (E) O Natal é a época em que as pessoas ficam sem dinheiro antes de ficarem sem amigos. / em que = Natal.

6

Observe a frase a seguir.

“Os verdadeiros amigos são aqueles que realmente o conhecem e o amam independentemente de qualquer outra coisa.”

O **problema estrutural** desse pensamento é que

- (A) mostra uma longa estruturação sem qualquer pausa interna.
- (B) a falta de identificação da realidade que é referida pelo termo “qualquer outra coisa”.
- (C) traz duas ocorrências do pronome “o” sem antecedente identificado.
- (D) apresenta um erro gramatical relacionado ao mau emprego de um pronome indefinido.
- (E) ocorre a utilização de uma linguagem popular em uma situação de linguagem culta.

7

Entre os fragmentos textuais listados a seguir, assinale aquele que pode ser classificado como descritivo.

- (A) Não há limitação maior do que aquilo que você pensa.
- (B) Nunca tenha medo de sentar-se um pouco e pensar.
- (C) Mude seus pensamentos e você mudará o mundo.
- (D) É impressionante o que você não consegue quando não pergunta.
- (E) O aparelho de fax: máquina que permite que uma pessoa amontoe trabalho na mesa da gente.

8

Observe o pensamento a seguir.

“Se você pensa que alguma coisa está certa só porque todos acham isso, não está pensando”.

Esse pensamento se refere a um tipo de argumento que aparece utilizado no seguinte texto:

- (A) Como disse Einstein, faça o que você gosta e nunca mais trabalhará.
- (B) Uma pesquisa demonstrou que a população brasileira está ficando mais conservadora.
- (C) Todo mundo sabe que aquele que fala muito pouco faz.
- (D) Se chover, as ruas vão ficar alagadas e ninguém deve sair de casa.
- (E) Como vou ganhar bastante dinheiro em meu novo negócio, poderei facilmente pagar o empréstimo.

9

Assinale o segmento textual que se classifica entre os textos injuntivos.

- (A) Um breve comentário pode ser fruto de uma longa deliberação.
- (B) A palavra é do tempo; o silêncio, da eternidade.
- (C) Um investigador que tem todas as respostas sequer entende as questões.
- (D) Se sua mente não é aberta, feche a boca também.
- (E) O segredo é o primeiro assunto essencial nos negócios de Estado.

10

Observe o parágrafo inicial do romance *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos.

“Na planície avermelhada os juazeiros alargavam duas manchas verdes. Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos. Ordinariamente andavam pouco, mas como haviam repousado bastante na areia do rio seco, a viagem progredira bem três léguas. Fazia horas que procuravam uma sombra. A folhagem dos juazeiros apareceu longe, através dos galhos pelados da catinga rala.”

A respeito desse parágrafo é correto afirmar que se trata de um texto

- (A) narrativo, com inserções descritivas.
- (B) exclusivamente descritivo.
- (C) integralmente narrativo.
- (D) narrativo com inserções argumentativas
- (E) descritivo com inserções argumentativas.

11

Observe o texto a seguir.

“A Carteira de Identidade Nacional (CIN) está revolucionando a identificação dos cidadãos. Com um padrão nacional e um número único para todas as unidades da Federação, a emissão deste documento traz uma série de benefícios. De acordo com o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), já foram emitidas quatro milhões de unidades da nova Carteira de Identidade Nacional em todo o país. Em Rondônia, o serviço está disponível desde dezembro de 2023, e até o mês de março, foram cadastradas e emitidas um total de 26.844 CIN.” (UOL)

Quanto à sua tipologia textual, esse segmento é do tipo

- (A) publicitário.
- (B) propagandístico.
- (C) informativo.
- (D) didático.
- (E) expressivo.

12

Leia o seguinte texto destinado a vender um tipo de caneta esferográfica.

“A Caneta Cristal faz jus ao nome: mostra uma transparência cristalina, podendo-se acompanhar a disponibilidade de tinta no depósito. É muito elegante com sua pequena tampa que impede o vazamento de tinta para a roupa do usuário. Sua tinta seca rapidísimamente. É mais barata que as concorrentes no mercado”.

Em relação a esse texto, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Como toda publicidade mostra somente aspectos positivos do produto.
- (B) O texto apela para a sedução ao destacar a elegância da caneta anunciada.
- (C) O texto também se utiliza da intimidação ao indicar o perigo de vazamento de tinta.
- (D) A publicidade cita vantagem do usuário no terreno econômico, citando preço mais baixo.
- (E) O texto aborda também aspectos práticos vantajosos no uso do produto.

13

Observe a frase a seguir.

“Há sempre tempo para se dizer alguma coisa, mas não para se ficar em silêncio”.

Assinale a modificação estrutural dessa frase que **não** está adequada.

- (A) Mudar formas reduzidas para formas desenvolvidas: “Há sempre tempo para que se diga alguma coisa, mas não para que se fique em silêncio”.
- (B) Mudança de voz passiva para voz ativa: “Há sempre tempo para que digamos alguma coisa, mas não para que fiquemos em silêncio”.
- (C) Inversão na posição de termos: “Nem sempre há tempo para se ficar em silêncio, mas há sempre tempo para se dizer alguma coisa”.
- (D) Troca de forma impessoal por forma personalizada: “Há sempre tempo para que digamos alguma coisa, mas não para que fiquemos em silêncio”.
- (E) Mudança de tempo da frase para o passado: “Houve sempre tempo para que disséssemos algo, mas não para que ficássemos em silêncio”.

14

Assinale a frase que mostra um **erro** quanto à norma culta da língua.

- (A) Minha saúde está boa. A idade é que está ruim.
- (B) As palavras são os médicos de uma mente doente.
- (C) Grande parte da saúde consiste em desejá-la
- (D) Os médicos acusam a natureza, os enfermos aos médicos.
- (E) Dar nome a uma doença é apressar-lhe os avanços.

15

Assinale a frase em que se comete um **erro** de pontuação.

- (A) Riso. O mais inocente de todos os diuréticos.
- (B) Todos os maus são bebedores de água: está bem provado com o dilúvio.
- (C) Para o homem sensual, todo alimento é doce.
- (D) O doutor Riso e o doutor Sono: os dois melhores médicos que existem.
- (E) Eu prefiro consultar médicos, mas ela videntes.

16

Assinale a frase a seguir que se apresenta em ordem direta.

- (A) Deus manda a comida e o diabo manda os cozinheiros.
- (B) Todos os trabalhos, comendo, passam depressa.
- (C) Difícil coisa é entrar em discussões com a barriga vazia.
- (D) É a mente que enriquece o corpo.
- (E) Se os sentidos mentem, nossa razão é falsa.

17

Num diálogo teatral, um dos personagens diz a seguinte frase:

— *Só sairei daqui amanhã de manhã.*

Essa frase, em discurso indireto, seria

- (A) Ele disse que só sairia daquele lugar no dia seguinte, pela manhã.
- (B) Ele disse que só saía de lá amanhã pela manhã.
- (C) Ele disse que só sairia de lá na manhã do amanhã.
- (D) Ele disse que só saía daquele lugar na manhã do dia seguinte.
- (E) Ele disse que só sairia daqui na manhã do dia seguinte.

18

Assinale a frase que **não** mostra marcas de linguagem informal.

- (A) Os animais pastam; a gente come.
- (B) A mesa mata mais gente do que a guerra.
- (C) Tem tempo que eles não vêm aqui.
- (D) Me disseram que a verdade apareceria.
- (E) Eles vieram com um disse me disse, mas não acreditei.

19

Assinale a frase em que predomina a função metalinguística da linguagem.

- (A) Mentis criativas são conhecidas por resistirem a todo tipo de mau treinamento.
- (B) Nada revela com tanta segurança o caráter de uma pessoa como a sua voz.
- (C) Comida saudável é tudo o que se come antes do término da data de validade.
- (D) A ginástica é vulgar porque faz as pessoas cheirarem mal.
- (E) A caixa cerebral de um homem rotineiro é um porta-joias vazio.

20

A Redação Oficial se apoia em alguns pilares, entre os quais a correção, a clareza e a brevidade.

Assinale a frase em que foram seguidas todas essas normas.

- (A) A cura é uma questão de tempo, mas às vezes também é uma questão de oportunidade repentina.
- (B) Estar doente, considero, um dos grandes prazeres da vida, contanto que não se esteja doente demais.
- (C) Nossa mãe lhe preveniu várias vezes de que deveria economizar para a velhice.
- (D) Quem disse que ganhar ou perder não importa provavelmente perdeu.
- (E) Os jogos das crianças são ocupações sérias, pois somente os adultos jogam jogos de crianças.

Raciocínio Lógico Matemático

21

Um terreno de 1400m² foi dividido em três partes e suas áreas são representadas por A, B e C. Sabe-se que B é igual a dois terços de A e que C é igual a cinco sextos de B.

A área do menor terreno é igual a

- (A) 280m².
- (B) 320m².
- (C) 350m².
- (D) 420m².
- (E) 630m².

22

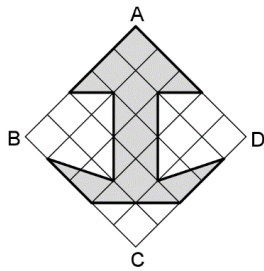
A diretoria de um condomínio é constituída por quatro pessoas: um presidente, um vice-presidente e dois secretários. Para ocupar esses cargos seis pessoas se candidataram.

Com as pessoas que se candidataram, o número de diretorias diferentes possíveis que podem ser formadas é igual a

- (A) 60.
- (B) 90.
- (C) 120.
- (D) 180.
- (E) 360.

23

A figura abaixo mostra um quadrado ABCD dividido em quadrados pequenos, todos iguais.



Assinale a opção que indica a porcentagem que a área da região sombreada representa da área do quadrado ABCD.

- (A) 46%.
- (B) 48%.
- (C) 50%.
- (D) 52%.
- (E) 54%.

24

Em uma prateleira há 15 latas iguais e vazias. Em algumas delas são colocadas bolinhas pretas e bolinhas brancas. Sabe-se que 7 latas contêm bolinhas pretas, 5 latas contêm bolinhas brancas e 3 latas contêm bolinhas pretas e bolinhas brancas.

O número de latas que ficaram vazias é igual a

- (A) 3.
- (B) 4.
- (C) 5.
- (D) 6.
- (E) 7.

25

Em um depósito havia 12 caixotes. Substituiu-se um deles por um caixote de 17kg e, com isso, a média dos pesos de todos os caixotes diminuiu em 2kg.

O peso do caixote retirado era de

- (A) 33kg.
- (B) 35kg.
- (C) 37kg.
- (D) 39kg.
- (E) 41kg.

26

Cinco carros (V, W, X, Y e Z) disputam uma corrida em um autódromo. Dada a largada, no final da primeira volta a ordem dos carros era V – W – X – Y – Z.

Durante a corrida ocorreram, em sequência, as seguintes ultrapassagens:

- o 3º fez uma ultrapassagem;
- o 5º fez duas ultrapassagens;
- o 3º fez duas ultrapassagens;
- o 4º fez duas ultrapassagens.

Depois disso, nenhuma outra ultrapassagem ocorreu e a corrida terminou.

Portanto, o único carro que chegou na mesma posição de partida foi:

- (A) V.
- (B) W.
- (C) X
- (D) Y.
- (E) Z.

27

Uma sequência de números naturais possui a propriedade:

“Se x é um termo da sequência, então o termo seguinte é o algarismo das unidades de $2x + 1$.”

O primeiro termo da sequência é o número 6.

O 2024º termo dessa sequência é

- (A) 1.
- (B) 3.
- (C) 5.
- (D) 6.
- (E) 7.

28

Considere o seguinte conjunto de medidas, no qual X é um número inteiro positivo: 10, 13, 17, X, 10.

Sabe-se que a média é uma unidade maior do que a mediana.

A soma dos possíveis valores de X é:

- (A) 10.
- (B) 15.
- (C) 20.
- (D) 25.
- (E) 30.

29

Considere a sentença:

“Se $X \leq 6$ e $Y > 4$, então $X - Y \leq 2$ ”.

Uma sentença logicamente equivalente à sentença dada é

- (A) Se $X > 6$ e $Y \leq 4$, então $X - Y > 2$.
- (B) Se $X - Y \leq 2$, então $X \leq 6$ e $Y > 4$.
- (C) Se $X > 6$ ou $Y \leq 4$, então $X - Y > 2$.
- (D) $X > 6$ ou $Y \leq 4$ ou $X - Y \leq 2$.
- (E) $X > 6$ e $Y \leq 4$ ou $X - Y \leq 2$.

30

Átila fez 30% de uma tarefa trabalhando 4 horas por dia durante 3 dias.

Se trabalhar, com a mesma eficiência, 8 horas por dia durante 2 dias, a porcentagem da tarefa que Átila fará será igual a

- (A) 10%.
- (B) 20%.
- (C) 25%.
- (D) 30%.
- (E) 40%.

Noções de Informática

31

No contexto do funcionamento básico de um computador e seus componentes principais, assinale a afirmativa correta.

- (A) A memória RAM é uma forma de armazenamento não volátil, que mantém os dados permanentemente, mesmo sem alimentação elétrica.
- (B) O disco rígido (HDD) ou a unidade de estado sólido (SSD) são exemplos de dispositivos de armazenamento onde o sistema operacional, programas e dados do usuário são armazenados de forma permanente.
- (C) Uma GPU (Unidade de Processamento Gráfico) é utilizada exclusivamente para renderizar gráficos em jogos e não tem impacto no desempenho em outras aplicações.
- (D) O sistema operacional é armazenado temporariamente na memória RAM durante a inicialização do computador e é transferido para o disco rígido ou SSD após o desligamento, para garantir a persistência dos dados.
- (E) A CPU (Unidade Central de Processamento) não influencia diretamente o desempenho de tarefas computacionais, sendo sua principal função a gestão da entrada e saída de dados nos dispositivos periféricos.

32

Sobre os sistemas operacionais Windows, analise as afirmativas a seguir:

- I. O Windows 11 requer um chip TPM (*Trusted Platform Module*) versão 2.0 para poder ser instalado.
- II. O Windows 11 eliminou a funcionalidade de áreas de trabalho virtuais, simplificando a gestão de janelas e aplicativos.
- III. O Windows 11 apresenta um Menu Iniciar renovado e agora posicionado no centro da barra de tarefas, e não pode ser reposicionado.
- IV. O Windows 11 introduziu novos recursos para trabalhar com múltiplas janelas, os Layouts de Ajuste (*Snap Layouts*) e Grupos de Ajuste (*Snap Groups*).

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

33

Em uma planilha do Microsoft Excel, um gestor de RH deseja utilizar a função PROCV para localizar rapidamente o salário de um empregado específico a partir do seu número de identificação único (ID).

A planilha contém os seguintes dados em colunas sequenciais: ID do Empregado, Nome do Empregado, Cargo, Departamento e Salário. O gestor deseja inserir o ID do empregado em uma célula específica e obter automaticamente o salário correspondente desse empregado em outra célula.

Assumindo que o ID do empregado esteja na célula G2, a tabela de dados esteja no intervalo A1:E100, e o salário na quinta coluna do intervalo de dados, assinale a fórmula que está corretamente configurada para realizar essa tarefa.

- (A) =PROCV(PROCV(G2, A1:B100, 2, FALSO), C1:E100, 5, FALSO)
- (B) =PROCV(PROCV(G2, A1:B100, 2, VERDADEIRO), C1:E100, 5, VERDADEIRO)
- (C) =PROCV(G2, A1:E100, 5, FALSO)
- (D) =PROCV(G2, B1:E100, 4, VERDADEIRO)
- (E) =PROCV(A1:E100, G2, 5, 1)

34

No contexto das redes de computadores, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A internet é uma rede de computadores de alcance global, enquanto a Intranet é uma rede privada restrita a uma organização ou grupo.
- II. A Internet é acessível a qualquer pessoa com um dispositivo conectado à rede, enquanto a Intranet exige autenticação e autorização para acesso.
- III. A Internet utiliza o protocolo TCP/IP, enquanto a Intranet só admite o protocolo IPX/SPX.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

35

Um usuário recebeu o *e-mail* de um remetente desconhecido se passando por sua operadora de telefonia celular, com um anexo intitulado "Fatura_Mar_2024.pdf". Ao abrir o anexo, o computador do usuário é infectado com um tipo de *malware* que criptografa seus arquivos e exige um resgate em criptomoeda para desbloqueá-los.

Nesse caso, o tipo de ataque de *malware* sofrido pelo usuário é conhecido como

- (A) *keylogger*.
- (B) DDoS.
- (C) *vírus*.
- (D) *spyware*.
- (E) *ransomware*.

Regimento interno da ALESC

36

João, Deputado Estadual junto à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, apresentou uma proposição legislativa e almejava que ela tramitasse em regime de prioridade.

Ao consultar o Regimento Interno dessa Casa Legislativa a respeito dessa possibilidade, concluiu-se corretamente que o referido regime

- (A) é aplicado apenas às denominadas “matérias prioritárias”, assim consideradas aquelas expressamente elencadas em comando regimental.
- (B) caso seja aplicado à proposição, serão afastados os interstícios próprios do regime ordinário, mas não exigências e formalidades.
- (C) fará que a proposição conste da pauta e entre na Ordem do Dia, na forma regimental, logo após as matérias em regime de urgência.
- (D) pode ser atribuído à proposição de João, desde que apresente o seu requerimento ao Plenário e este o defira.
- (E) é aplicável apenas às proposições constantes da pauta da convocação extraordinária.

37

Maria, Deputada Estadual junto à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em projeto de lei de iniciativa privativa do Governador do Estado, apresentou uma emenda que alterava substancialmente o texto da proposição, substituindo-a integralmente. João, por sua vez, também Deputado Estadual, apresentou, à emenda de Maria, uma emenda que buscava acrescentar alguns artigos.

Considerando os balizamentos oferecidos pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar, em relação a essa narrativa, que

- (A) não apresenta nenhuma incorreção.
- (B) por se tratar de projeto de iniciativa privativa, Maria não poderia apresentar a emenda nos referidos moldes.
- (C) a subemenda apresentada por João, que tem contornos aditivos, é compatível com a sistemática regimental.
- (D) Maria apresentou uma emenda substitutiva global, que é insuscetível de receber subemendas, como pretendeu João.
- (E) a apresentação de subemendas, como a que foi ofertada por João, somente é admitida se tiver caráter supressivo, não aditivo.

38

Joana, servidora da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, foi informada por uma colega que teria que adotar determinadas providências de ordem administrativa em relação a uma proposição legislativa destinada a regular, com eficácia de lei ordinária, matéria da competência privativa da Assembleia Legislativa.

Ao consultar o Regimento Interno dessa Casa Legislativa, Joana concluiu corretamente que a referida proposição é um projeto de

- (A) resolução.
- (B) lei delegada.
- (C) lei ordinária.
- (D) decreto legislativo.
- (E) conversão em lei de medida provisória.

39

Três parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina subscreveram um projeto de lei que não teve sua tramitação concluída poucos meses antes do fim da legislatura, momento em que todos eles já tinham conhecimento de que não foram reeleitos para a legislatura seguinte.

Nesse caso, à luz do Regimento Interno dessa Casa Legislativa, é correto afirmar que

- (A) caso finde a legislatura sem a conclusão da tramitação, a proposição legislativa será definitivamente arquivada.
- (B) a proposição terá prioridade de tramitação, em relação às demais, a partir do mês de novembro do último ano da legislatura em curso.
- (C) se a proposição tiver recebido parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, ela continuará a tramitar mesmo após o fim da legislatura.
- (D) caso finde a legislatura sem a conclusão da tramitação, ela será arquivada, mas qualquer Deputado Estadual poderá requerer o seu desarquivamento.
- (E) caso finde a legislatura sem a conclusão da tramitação, ela será arquivada, mas pode ser desarquivada, isto se houver requerimento da maioria da Comissão Permanente em que tramitava a proposição à época do seu arquivamento.

40

Um Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado do Santa Catarina almejava sugerir ao Chefe do Poder Executivo a adoção de algumas medidas, operacionais ou que demandavam alteração legislativa, visando ao aperfeiçoamento do regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado.

À luz do Regimento Interno dessa Casa Legislativa, é correto afirmar que a medida alvitrada

- (A) afronta a separação dos poderes, não sendo, portanto, amparada pelas normas regimentais.
- (B) deve ser objeto de decreto legislativo, a ser proposto pelo Deputado Estadual e aprovado pelo Plenário.
- (C) configura uma recomendação, o que pressupõe a prévia aprovação da Comissão de Relações Interinstitucionais.
- (D) configura uma indicação, que deve ser encaminhada à Mesa, que dará ciência ao Plenário e a transmitirá ao destinatário.
- (E) pode ser inserida em avulso, que receberá parecer da Comissão de Constituição e Justiça, com posterior apreciação do Plenário.

MÓDULO DE CONHECIMENTOS

ESPECÍFICOS

41

1º cenário: *o Presidente da República indicou Caio ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Nesse contexto, após a aprovação pelo Senado Federal, Caio foi nomeado, tomando posse na Suprema Corte brasileira.*

2º cenário: *João, agente público competente, elaborou o parecer XYZ, que depende de visto da autoridade superior para produção dos seus efeitos.*

Com base nas situações narradas e considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante quanto à formação dos atos administrativos, é correto afirmar que

- (A) a nomeação de Caio para o Supremo Tribunal Federal se caracteriza como um ato administrativo complexo. Por sua vez, o parecer elaborado por João, que depende do visto da autoridade superior para produzir efeitos, é reputado um ato administrativo composto.
- (B) a nomeação de Caio para o Supremo Tribunal Federal se caracteriza como um ato administrativo composto. Por sua vez, o parecer elaborado por João, que depende do visto da autoridade superior para produzir efeitos, é reputado um ato administrativo complexo.
- (C) a nomeação de Caio para o Supremo Tribunal Federal se caracteriza como um ato administrativo composto. Por sua vez, o parecer elaborado por João, que depende do visto da autoridade superior para produzir efeitos, é reputado um ato administrativo simples.
- (D) a nomeação de Caio para o Supremo Tribunal Federal e o parecer elaborado por João, que depende do visto da autoridade superior para produzir efeitos, caracterizam-se como atos administrativos complexos.
- (E) a nomeação de Caio para o Supremo Tribunal Federal e o parecer elaborado por João, que depende do visto da autoridade superior para produzir efeitos, caracterizam-se como atos administrativos compostos.

42

João, servidor público estável, após a inabilitação em estágio probatório em outro cargo, busca retornar ao cargo de origem, em relação ao qual encontra-se em licença não remunerada. Nesse contexto, o agente público procurou a orientação técnica de como deve proceder para alcançar o seu intento.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante e preenchidos os requisitos legais, é correto afirmar que João retornará ao cargo de origem por meio do seguinte instituto jurídico:

- (A) aproveitamento, modalidade de provimento originário.
- (B) reintegração, modalidade de provimento originário.
- (C) reintegração, modalidade de provimento derivado.
- (D) recondução, modalidade de provimento derivado.
- (E) reversão, modalidade de provimento derivado.

43

João é agente público no âmbito da empresa pública XYZ, integrante da Administração Pública Indireta e responsável pela prestação de um determinado serviço público à coletividade. Um dia, João, no exercício da função, dolosamente causou dano material ao particular Luiz.

Na mesma data, Matheus, empregado da sociedade empresária ABC, que presta um serviço público à população do Estado Alfa, após celebrar um contrato administrativo com o Poder Público, gerou, por culpa e ao exercer as suas funções, dano material ao transeunte Cléber, que não é usuário do serviço público fornecido pela entidade privada.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, é correto afirmar que

- (A) a empresa pública XYZ responderá objetivamente pelos danos causados ao particular Luiz. Por outro lado, a sociedade empresária ABC não pode ser responsabilizada, diretamente, pelos danos causados a Cléber, que não era usuário do serviço público prestado.
- (B) a empresa pública XYZ responderá subjetivamente pelos danos causados ao particular Luiz. Por outro lado, a sociedade empresária ABC é responsável, de forma objetiva, pelos danos causados a Cléber.
- (C) a empresa pública XYZ responderá objetivamente pelos danos causados ao particular Luiz. Por outro lado, a sociedade empresária ABC é responsável, de forma subjetiva, pelos danos causados a Cléber.
- (D) a empresa pública XYZ e a sociedade empresária ABC responderão objetivamente pelos danos causados aos particulares Luiz e Cléber.
- (E) a empresa pública XYZ e a sociedade empresária ABC responderão subjetivamente pelos danos causados aos particulares Luiz e Cléber.

44

A sociedade empresária XYZ, com sede no Brasil, praticou, durante anos, atos contra a Administração Pública, fraudando, mediante ajuste, o caráter competitivo de diversos procedimentos licitatórios realizados pelo Estado Alfa. Após a descoberta dos eventos e a demissão dos empresários envolvidos, o novo diretor executivo da entidade buscou, junto à sua equipe técnica, informações sobre a instauração de um potencial processo administrativo para apuração da responsabilidade da pessoa jurídica na esfera administrativa e civil.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 12.846/2013, é correto afirmar que

- (A) a comissão designada pela autoridade instauradora deverá concluir o processo no prazo de noventa dias, contados da data da publicação do ato que a instituir e, ao final, apresentar relatórios sobre os fatos apurados e eventual responsabilidade da pessoa jurídica, sugerindo de forma motivada as sanções a serem aplicadas.
- (B) a comissão designada para apuração da responsabilidade da pessoa jurídica, após a conclusão do procedimento administrativo, dará conhecimento à autoridade policial de sua existência, para apuração de eventuais delitos.
- (C) o ente público, por meio do seu órgão de representação judicial, ou equivalente, poderá requerer as medidas judiciais necessárias para a investigação e o processamento das infrações, salvo a busca e apreensão.
- (D) no processo administrativo para apuração de responsabilidade, será concedido à pessoa jurídica prazo de trinta dias para defesa, contados a partir da intimação.
- (E) a comissão poderá, cautelarmente, suspender os efeitos do ato ou processo objeto da investigação.

45

O Prefeito do Município *Alfa*, após ouvir a opinião técnica do secretário de saúde da municipalidade, decidiu revogar um ato administrativo válido, mas que, por razões políticas, tornou-se inconveniente e inoportuno, sem qualquer prejuízo aos efeitos até então produzidos.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, é correto afirmar que se está diante de uma manifestação do princípio da

- (A) consensualidade.
- (B) impessoalidade.
- (C) continuidade.
- (D) moralidade.
- (E) autotutela.

46

De acordo com informações divulgadas pela imprensa, o Município *Alfa* vinha descumprindo diversas obrigações previstas na Constituição da República, bem como alguns princípios indicados na Constituição Estadual.

Determinado repórter, ao consultar um especialista na matéria em relação à possibilidade, ou não, desse estado de coisas acarretar a intervenção do Estado em *Alfa*, foi corretamente informado de que

- (A) a intervenção é possível, mas sempre pressupõe o provimento de representação pelo Tribunal de Justiça.
- (B) a intervenção espontânea é possível na hipótese de não prestação de contas devidas conforme os balizamentos estabelecidos em lei.
- (C) é possível que a afronta aos princípios indicados na Constituição Estadual acarrete a decretação da intervenção em *Alfa*, o que será feito, de ofício, pelo Governador.
- (D) somente é necessário o provimento de representação, pelo Tribunal de Justiça, para a decretação da intervenção, no caso de recusa de cumprimento de ordem ou decisão judicial.
- (E) em razão do escalonamento federativo, que impede a decretação de intervenção, pela União, em *Alfa*, somente a afronta a normas estaduais pode acarretar a intervenção.

47

João, aluno de direito constitucional, questionou seu professor a respeito da forma de interação entre as normas infraconstitucionais editadas pelos entes federativos maiores e aquelas editadas pelos entes federativos menores, mais especificamente na perspectiva da validade e da eficácia, considerando a divisão constitucional de competências.

O Professor respondeu corretamente a João que

- (A) a adoção da forma federativa de Estado impede que norma editada por um ente federativo revogue ou afete a eficácia de norma editada por outro.
- (B) a simetria existente entre os entes federativos faz que a norma do ente maior revogue a norma anterior, do ente menor, com ela colidente.
- (C) norma estadual ou distrital pode ter sua eficácia suspensa por norma posterior, editada pela União, na situação autorizada pela Constituição Federal de 1988.
- (D) como a norma do ente maior é o fundamento de validade da norma do ente menor, a dissonância acarreta a revogação desta em detrimento daquela, mas houve eficácia, ainda que por período limitado.
- (E) norma da Constituição Estadual, embora seja infraconstitucional na perspectiva da Constituição Federal de 1988, revoga a norma municipal incompatível com qualquer de seus comandos.

48

Maria, Prefeita do Município *Alfa*, em seu segundo mandato, almejava concorrer nas eleições que seriam realizadas no ano subsequente.

Por ter dúvida em relação à presença, ou não, de uma causa de inelegibilidade, consultou um especialista na matéria, sendo-lhe corretamente respondido que caso a eleição seja

- (A) geral, ela poderá concorrer ao cargo de Deputada Estadual, desde que se desincompatibilize até três meses antes do pleito.
- (B) municipal, ela poderá concorrer ao cargo de vereadora do Município *Alfa*, independente de desincompatibilização.
- (C) geral, ela poderá concorrer ao cargo de Deputada Federal, independente de desincompatibilização.
- (D) geral, ela poderá concorrer ao cargo de Governadora do Estado, desde que se desincompatibilize até seis meses antes do pleito.
- (E) municipal, ela poderá concorrer ao cargo de Prefeita do Município *Beta*, desde que se desincompatibilize até seis meses antes do pleito.

49

O Estado *Alfa*, em razão do crescente uso de aparelhos celulares em golpes de ordem financeira, editou a Lei nº X, estabelecendo regras sobre a comercialização desses aparelhos, além de instituir um cadastro dos usuários de telefones celulares pré-pagos. A medida, muito comemorada pela população, recebeu críticas das empresas da área.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

- (A) a matéria diz respeito ao interesse local, sendo, portanto, de competência municipal.
- (B) todos os entes federativos possuem competência comum para legislar sobre a matéria.
- (C) o Estado *Alfa* possui competência concorrente com a União para legislar sobre a matéria.
- (D) a Lei nº X é constitucional, desde que os Estados tenham sido autorizados a legislar sobre a matéria em lei complementar.
- (E) foi afrontada competência legislativa privativa da União, indelegável por determinação constitucional, sendo a Lei nº X inconstitucional.

50

Anne e Johan, de nacionalidade originária alemã e que se naturalizaram brasileiros, passaram a trabalhar em um consulado marroquino com sede na Itália. Durante o período em que estavam em solo italiano, nasceu Andreas, que foi registrado perante a repartição italiana competente. Ao completar dezoito anos de idade, Andreas passou a morar no território brasileiro.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que Andreas é

- (A) brasileiro nato.
- (B) estrangeiro, já que o *jus sanguinis* somete alcança os filhos de brasileiros natos.
- (C) estrangeiro, mas pode optar a qualquer tempo pela nacionalidade brasileira.
- (D) estrangeiro, mas pode se naturalizar brasileiro caso resida por um ano ininterrupto no território brasileiro e tenha idoneidade moral.
- (E) estrangeiro, mas será considerado brasileiro nato se ingressar com a ação cabível, perante a Justiça Federal, no primeiro ano em que residir no território nacional.

51

Jorge tem 16 anos e casou-se civilmente. Marcelo, com apenas 17 anos, é um prodígio, pois já cursa o terceiro ano do curso de graduação em medicina. Júlia, com 17 anos, já tem um emprego de sucesso como programadora em uma famosa pessoa jurídica, a ponto de receber o suficiente para se sustentar sem a ajuda de ninguém.

Diante da situação hipotética apresentada, é (são) absolutamente capaz(es):

- (A) Jorge, apenas.
- (B) Jorge e Júlia, apenas.
- (C) Marcelo, apenas.
- (D) Marcelo e Júlia, apenas.
- (E) Jorge, Marcelo e Júlia.

52

Gertrudes Farias procura orientação jurídica, narrando que foi casada com Semprônio Farias pelo regime de comunhão parcial de bens desde 17 de dezembro de 2009. O matrimônio encontra-se em crise, nos últimos meses, o que a leva a desejar o divórcio. Ao inventariar o patrimônio do casal, descobriu que nada se encontra em nome de Semprônio, visto que todos os imóveis, incluindo a residência adquirida em 2012 por meio de compra e venda, estão em nome da pessoa jurídica SF Representações Comerciais Ltda, cujos sócios são o marido, com noventa e nove por cento das cotas, e a sogra. Destaca-se que a residência sempre foi utilizada pelo casal e os filhos incapazes e sua intenção é a permanência do bem.

Diante da situação hipotética narrada, com base no tema negócio jurídico, assinale a afirmativa correta.

- (A) Comprovada a simulação, o negócio jurídico pode ser anulável, devendo, no prazo de quatro anos, Gertrudes promover a anulação.
- (B) O caso narrado configura a lesão, diante da inexperiência de Gertrudes, o que leva a nulidade relativa do negócio jurídico.
- (C) Demonstrado o dolo essencial de Semprônio, Gertrudes poderá promover a nulidade absoluta do negócio jurídico.
- (D) Gertrudes deverá demonstrar sua inexperiência para requer a nulidade absoluta do negócio jurídico devido a lesão.
- (E) O caso narrado pode evidenciar uma simulação, a ser demonstrada por Gertrudes, que levará ao negócio jurídico nulo.

53

Francisco Bento, com 13 anos de idade, sozinho envenena dois dos três cachorros de sua vizinha, Maria Anastácia, para vingança das ofensas sofridas por sua avó. O ato de Francisco resultou no falecimento dos animais, gerando uma melancolia intensa na vizinha, uma senhora de 83 anos que vive sozinha na companhia dos animais. O adolescente é órfão de pai e vive com sua mãe na casa da avó.

Diante da situação hipotética narrada, com base no tema responsabilidade civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) Em razão da incapacidade civil absoluta de Francisco, o eventual dano causado à idosa não gera responsabilidade civil.
- (B) A mãe de Francisco tem responsabilidade subjetiva pelos danos causados pelo filho, cabendo à vítima o ônus probatório da culpabilidade.
- (C) A avó e a mãe de Francisco respondem solidária e subjetivamente pelos danos causados por Francisco, devendo a vítima demonstrar a culpabilidade de todas.
- (D) A mãe de Francisco, por força da autoridade parental, possui responsabilidade civil objetiva pelos eventuais danos causados pelo filho.
- (E) A incapacidade civil absoluta de Francisco o torna irresponsável pelos seus atos, devendo a condenação pelo dever de indenizar recair na avó e na mãe.

54

Antônio Conselheiro, eletricista, prestou serviços esporádicos para a empresa Restaurante Vegetariano Moreira César Ltda., que ficou inadimplente no valor de dez mil reais. Nos últimos dias, ele soube que os sócios do restaurante, Euclides da Cunha e Olímpio da Silva, transferiram todos os bens da sociedade para seus familiares, além de procederem à alteração da finalidade da empresa, que passou a ser um bar.

Com base no tema desconsideração da personalidade jurídica, analise a situação hipotética narrada e assinale a afirmativa correta.

- (A) O Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que a desconsideração da personalidade jurídica é medida excepcional que exige a comprovação do abuso de personalidade.
- (B) O Código Civil brasileiro adota a teoria maior da desconsideração, por conseguinte, basta a demonstração de estar a pessoa jurídica insolvente para o cumprimento de suas obrigações.
- (C) Por força da teoria menor, o Código Civil possibilita a desconsideração da personalidade jurídica independentemente da existência de desvio de finalidade ou da confusão patrimonial.
- (D) No caso que trata de relações jurídicas de natureza civil-empresarial, o legislador adotou a teoria menor, bastando a demonstração estado de insolvência do tomador do serviço.
- (E) Para fins de desconsideração da personalidade jurídica, por força da teoria menor, o Código Civil estabelece que constitui desvio de finalidade a alteração da finalidade original da atividade econômica da sociedade.

55

Carlos ajuizou ação rescisória, dentro do prazo decadencial previsto no Código de Processo Civil, com o intuito de desconstituir decisão judicial transitada em julgado, proferida pela X Vara Cível da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, que o condenou a pagar R\$200.000,00 (duzentos mil reais) a título de indenização em favor de João, sob o fundamento de que a mencionada decisão violou manifestamente norma jurídica.

Cinco dias antes da data da propositura da ação rescisória, em razão de requerimento de cumprimento de sentença protocolado por João, Carlos fora intimado pelo juízo da Vara na qual tramita a decisão rescindenda para pagar o débito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) cada.

Tomando o caso acima como premissa, assinale a afirmativa correta.

- (A) Proposta a ação rescisória, há efeito suspensivo automático da decisão rescindenda, de sorte que o prazo para cumprimento voluntário estará sobrestado até que o Tribunal delibere a respeito da admissibilidade da petição inicial.
- (B) É certo dizer que Carlos ajuizou a ação rescisória em até 4 (quatro) anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo originário, por ser esse o prazo decadencial previsto no Código de Processo Civil para extinguir o direito à rescisão.
- (C) Para que sua petição inicial da ação rescisória seja admitida, Carlos deverá depositar importância de cinco por cento sobre o valor da causa, que se converterá em multa caso a ação seja, por unanimidade de votos, declarada inadmissível ou improcedente.
- (D) Com a intimação de Carlos para pagamento do débito, tem início na mesma data o prazo de 15 (quinze) dias para oferta de impugnação ao cumprimento de sentença, independentemente de penhora ou nova intimação.
- (E) Imediatamente após requerer o cumprimento de sentença, João poderá obter certidão de teor da decisão com vistas a levar a decisão exequenda a protesto.

56

A contestação é a peça de defesa por excelência para o réu. Das matérias a seguir, assinale a que **não** é alegável como preliminar de contestação.

- (A) Nulidade da dívida.
- (B) Perempção.
- (C) Litispendência.
- (D) Convenção de arbitragem.
- (E) Conexão.

57

O mandado de segurança é a garantia constitucional destinada à proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas data* ou *habeas corpus*, violado ou ameaçado de violação por ato de autoridade pública ou particular investido em função pública.

A respeito do instituto, tomadas em conta as disposições da Lei nº 12.016/2009 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça na matéria, assinale a afirmativa correta.

- (A) O mandado de segurança é cabível em face de lei em tese, em razão do princípio da supremacia da Constituição.
- (B) A concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito à impetração.
- (C) A decisão do juiz de primeiro grau que conceder ou denegar a liminar é irrecurável.
- (D) A desistência do mandado de segurança pelo impetrante é possível a qualquer momento, desde que haja concordância da autoridade coatora.
- (E) Controvérsia sobre matéria de direito impede concessão de mandado de segurança.

58

Regina ajuizou ação indenizatória em face de Luiz, alegando que esse último colidiu culposamente contra seu automóvel. Em sua petição inicial, Regina sustentou que sofreu danos materiais e morais em razão do acidente, requerendo a condenação de Luiz a indenizar os alegados danos.

Regularmente citado, em sede de contestação, Luiz requereu a denunciação da lide em face de sua própria seguradora, com o intuito de exercer eventual direito de regresso para a hipótese de condenação a indenizar os prejuízos suportados por Regina.

Sobre o caso acima, assinale a afirmativa correta.

- (A) A denunciação da lide é incabível na hipótese, pois a modalidade de intervenção de terceiros destinada a satisfazer a pretensão de Luiz é o chamamento ao processo.
- (B) Se a seguradora contestar o pedido formulado por Regina, o processo prosseguirá tendo, na ação principal, em litisconsórcio, Luiz e a seguradora.
- (C) Ainda que procedente o pedido na ação movida por Regina, não será possível requerer o cumprimento da sentença em face da seguradora.
- (D) Mesmo se o pedido na ação principal for julgado improcedente, o juiz examinará a ação de denunciação movida por Luiz.
- (E) Não é admitida denunciação sucessiva promovida pela seguradora em face da resseguradora, pois o Código de Processo Civil não admite nenhuma denunciação sucessiva.

59

Determinado Estado editou uma lei que previa que no caso de pagamento indevido ou a maior de tributos devidos àquele Estado, o contribuinte poderia efetuar a compensação desse valor no recolhimento de importância correspondente a períodos subsequentes.

Ao disciplinar a lei do Estado, foi editada resolução da Secretaria Estadual de Fazenda, na qual previa que a metodologia deveria se dar pela imputação proporcional do crédito em compensação tributária, de forma única e indivisível, incluindo principal e juros.

Sobre a hipótese descrita, assinale a afirmativa correta.

- (A) A resolução não é válida no âmbito material, pois o contribuinte tem o direito de compensar primeiramente os juros e depois o principal, nos termos do Código Civil, aplicável aos débitos tributários subsidiariamente em razão da lacuna do CTN.
- (B) A resolução é válida tanto no âmbito formal quanto no material, sendo que o prazo para a compensação do crédito tributário é de dez anos a contar da data do pagamento indevido ou a maior.
- (C) A resolução e a lei estadual não são válidas no âmbito formal, pois a compensação, por ser norma geral de direito tributário, somente pode ser disposta em lei complementar.
- (D) A resolução é válida tanto no âmbito formal quanto no material, pois há previsão legal de regulamentação pela autoridade administrativa, não exorbitando do poder regulamentar.
- (E) A resolução não é válida no âmbito material, pois a forma de compensação imposta, única e indivisível, incluindo principal e juros, viola o princípio da irretroatividade tributária.

60

João comprou um veículo de Maria. A transferência não foi comunicada ao órgão de trânsito competente.

Por conta disso, o Estado competente incluiu Maria como responsável pelo pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) incidentes sobre o veículo após alienação.

Sobre a hipótese acima, é correto afirmar que

- (A) a responsabilidade solidária tributária de Maria é condicionada à previsão específica em lei estadual.
- (B) em razão da culpa concorrente, o pagamento do IPVA deve ser rateado igualmente entre as partes.
- (C) a responsabilidade tributária de Maria é subsidiária, devendo o Estado primeiro cobrar de João o crédito tributário.
- (D) a responsabilidade de Maria, ainda que haja previsão específica em lei estadual, é exclusivamente quanto às penalidades, e não quanto ao IPVA.
- (E) somente João, como proprietário do veículo e contribuinte do imposto, é quem deve pagar o IPVA, independente de previsão estadual ao contrário.

61

A pessoa jurídica X importou bens do exterior por meio de operação de arrendamento mercantil.

No caso narrado, o ICMS

- (A) não é devido, pois o imposto não incide sobre operações de arrendamento mercantil, conforme previsto na Lei Kandir.
- (B) não é devido, pois a Constituição Federal de 1988 prevê imunidade para as operações de importação.
- (C) é devido na entrada da mercadoria no território nacional, por ocasião do desembarço aduaneiro.
- (D) somente será devido se o importador for contribuinte do ICMS.
- (E) somente será devido se houver, no contrato de importação, a opção de compra do bem.

62

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é vedado aos entes federativos exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.

Nesse sentido, de acordo com a legislação e jurisprudência sobre o assunto, *ofende* o princípio da legalidade tributária

- (A) a atualização monetária dos tributos, com base em critérios legais, por meio de decreto.
- (B) a majoração das custas judiciais por Resolução do Tribunal de Justiça.
- (C) a definição de alíquotas interestadual do ICMS por Resolução do Senado.
- (D) a fixação do vencimento da obrigação tributária por decreto.
- (E) a instituição de tributo por meio de medida provisória.

63

Caio recebeu de Tício diversas obras de arte, com vultosos valores de mercado. No entanto, a doação não foi oportunamente declarada pelo contribuinte ao fisco estadual.

De acordo com a jurisprudência e legislação sobre o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), assinale a afirmativa correta.

- (A) Não incide ITCMD sobre bens móveis, não sendo hipótese de incidência do imposto a doação de obras de arte.
- (B) A constituição definitiva do crédito ocorreu no momento da tradição, fato gerador do ITCMD, cabendo ao fisco, no prazo prescricional de cinco anos da ocorrência do fato gerador, realizar a cobrança do crédito.
- (C) A contagem do prazo decadencial de cinco anos tem início no momento da ocorrência do fato gerador que, na hipótese, se deu com a tradição.
- (D) A contagem do prazo decadencial de cinco anos tem início no momento em que o fisco teve conhecimento da ocorrência do fato gerador.
- (E) A contagem do prazo decadencial de cinco anos tem início no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorrida a efetiva tradição do bem móvel.

64

João ofendeu Maria em uma conhecida rede social, imputando-lhe conduta desonrosa. Por tal motivo, Maria ajuizou ação em face de João e da rede social, a qual foi distribuída ao X Juizado Especial Cível da Comarca do Rio de Janeiro – RJ, requerendo, cumulativamente, indenização a título de danos morais e a remoção do conteúdo ofensivo, sendo esse último a título de tutela provisória de urgência.

Em tal hipótese, é correto afirmar que

- (A) o provedor de conexão, assim como o provedor de aplicação, é civil e solidariamente responsável com João no que se refere à reparação dos danos sofridos por Maria.
- (B) a rede social somente será responsabilizada civilmente se, após ordem judicial específica, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, não tomar providências para tornar indisponível o conteúdo ofensivo.
- (C) é vedado ao juiz conceder tutela provisória de urgência para determinar a remoção do conteúdo ofensivo, a qual somente pode ser imposta em sede de cognição exauriente.
- (D) o processo proposto por Maria deverá ser redistribuído a um das Varas Cíveis da Comarca do Rio de Janeiro, eis que o Juizado Especial é incompetente para apreciar tais pedidos.
- (E) eventual ordem judicial que determinar a indisponibilidade do conteúdo produzido por João prescindirá de clara e específica identificação do conteúdo apontado como infringente, que permita a localização inequívoca do material.

65

O direito de resposta possui status de garantia constitucional, sendo destinado a permitir o exercício da faculdade de oposição a informações divulgadas sobre o ofendido.

A respeito do assunto, tomadas as disposições da Lei nº 13.188/2015, assinale a afirmativa correta.

- (A) O ajuizamento de ação cível ou penal contra o veículo de comunicação ou seu responsável com fundamento na divulgação, publicação ou transmissão ofensiva prejudica o exercício administrativo ou judicial do direito de resposta.
- (B) O procedimento especial do direito de resposta admite a cumulação de pedidos, a reconvenção, o litisconsórcio, a assistência e a intervenção de terceiros.
- (C) O direito de resposta ou retificação deve ser exercido no prazo decadencial de 60 (sessenta) dias, contado da data de cada divulgação, publicação ou transmissão da matéria ofensiva.
- (D) Recebido o pedido de resposta ou retificação, o juiz, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, mandará citar o responsável pelo veículo de comunicação social.
- (E) O juiz prolatará a sentença no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado do ajuizamento da ação, salvo na hipótese de conversão do pedido em reparação por perdas e danos.

66

A responsabilidade civil do controlador ou operador de danos pessoais possui disciplina própria na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados). Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) O operador responde solidariamente pelos danos causados pelo tratamento quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados ou quando não tiver seguido as instruções lícitas do controlador, hipótese em que o operador se equipara ao controlador.
- (B) O agente de tratamento será responsabilizado ainda que prove que o dano é decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiros, pois a Lei nº 13.709/2018 consagrou a teoria do risco integral na matéria.
- (C) As hipóteses de violação do direito do titular no âmbito das relações de consumo são disciplinadas exclusivamente pela Lei nº 13.709/2018, vedada a aplicação do Código de Defesa do Consumidor na matéria.
- (D) O tratamento de dados pessoais será nulo quando deixar de observar a legislação ou quando não fornecer a segurança que o titular dele pode esperar, consideradas as circunstâncias relevantes, entre as quais o modo pelo qual é realizado.
- (E) Não é possível a inversão do ônus da prova nas ações que versem sobre reparação de danos em razão da violação do dever de proteção de dados pessoais.

67

João foi condenado à pena privativa de liberdade em sentença criminal transitada em julgado. Tão logo foi transferido para o regime aberto, em que apenas deveria dormir na unidade prisional, decidiu que deveria oferecer um exemplo aos mais jovens e influir para que outros não seguissem o seu caminho. Por tal razão, decidiu iniciar a sua carreira política filiando-se ao Partido Político *Alfa*. Como o tempo de filiação exigido para que os filiados pudessem concorrer a cargos eletivos foi reduzido por *Alfa*, no ano da eleição, de 1 (um) ano para 6 (seis) meses, João decidiu que concorreria a um cargo eletivo.

À luz da sistemática legal vigente, é correto afirmar que a narrativa

- (A) não apresenta nenhuma incorreção.
- (B) somente apresenta incorreção em relação à filiação de João a *Alfa*.
- (C) somente apresenta incorreção em relação à redução do tempo de filiação exigido.
- (D) somente apresenta incorreção em relação ao momento em que foi reduzido o tempo de filiação exigido.
- (E) somente apresenta incorreção em relação à filiação de João a *Alfa* e ao momento em que foi reduzido o tempo de filiação exigido.

68

João, filiado ao Partido Político *Beta*, foi eleito Deputado Federal. Em razão dos esforços de *Beta* e da importante camada da população cujos anseios busca expressar, esse Partido Político logrou êxito em eleger 14 (quatorze) Deputados Federais, distribuídos em 10 (dez) Estados da Federação. Apesar disso, poucos dias após a posse no cargo, João decidiu que teria maior realização no Partido Político *Sigma*, que elegera 30 (trinta) Deputados Federais, também distribuídos em 10 (dez) Estados.

Ao consultar um especialista, foi corretamente informado a João que

- (A) ele somente pode se filiar a *Sigma*, sem a perda do mandato, caso haja aquiescência de *Beta*.
- (B) como ele foi eleito pelo sistema proporcional, o mandato pertence a *Beta*, logo, caso ele se filie a *Sigma*, perderá o mandato.
- (C) é possível a filiação a *Sigma*, sem a perda do mandato, e essa filiação será considerada para fins de acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão.
- (D) é possível a filiação a *Sigma*, sem a perda do mandato, mas essa filiação não será considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário.
- (E) somente será possível a filiação a *Sigma*, sem perda do mandato, no último ano da legislatura, no período mínimo de filiação partidária exigido para fins de registro de candidatura.

69

Em determinada eleição municipal, João, filiado ao Partido Político *Alfa*, foi eleito vereador da Câmara Municipal de *Beta*. Logo após a diplomação, Maria, que também concorrera ao cargo eletivo de vereadora, pelo Partido Político *Sigma*, mas não fora eleita, situação que permaneceria inalterada mesmo com a cassação de João, ingressou com recurso contra a expedição de diploma (RCED). Esse recurso foi ajuizado apenas em face de João, tendo como causa de pedir a alegada falta de condição de elegibilidade.

Considerando os termos dessa narrativa, é correto afirmar que

- (A) *Beta* deveria figurar como litisconsórcio passivo necessário juntamente com João.
- (B) o RCED não deve ser conhecido, considerando a ausência de interesse de agir de Maria.
- (C) o RCED somente poderia ser conhecido se fosse formado um litisconsórcio ativo entre Maria e *Sigma*.
- (D) a causa de pedir não se ajusta ao RCED, devendo ter sido arguida em sede de ação de impugnação de registro, sob pena de preclusão.
- (E) Maria tem legitimidade para ajuizar o RCED, mesmo que não possa ser beneficiada pela cassação de João, não havendo litisconsórcio passivo necessário entre este e *Alfa*.

70

No Código de Defesa do Consumidor, a desconconsideração da personalidade jurídica tem contornos distintos do mesmo instituto no Código Civil, porque, no primeiro,

- (A) o juiz pode determinar, a pedido do consumidor, que a efetivação da responsabilidade da pessoa jurídica recaia sobre o acionista controlador, o sócio majoritário, e, no caso de grupo societário, sobre as sociedades que o integram.
- (B) a desconconsideração será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por atos dolosos de sócios ou de administradores.
- (C) as sociedades consorciadas são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do descumprimento do Código de Defesa do Consumidor.
- (D) a mera existência de grupo econômico sem a presença de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, não autoriza a desconconsideração da personalidade da pessoa jurídica.
- (E) poderá ser desconsiderada a personalidade da pessoa jurídica sempre que ela for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

71

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) disciplina a proteção de dados pessoais e seu tratamento, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Um dos fundamentos da proteção de dados pessoais é a defesa do consumidor e, nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) o direito de o titular dos dados pessoais peticionar em relação aos seus dados poderá ser exercido perante os organismos de defesa do consumidor.
- (B) o tratamento de dados pessoais sensíveis de consumidores somente poderá ocorrer sem o fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para a proteção exclusivamente da sua vida ou da sua incolumidade física.
- (C) a confirmação de existência ou o acesso a dados pessoais serão providenciados, mediante requisição do titular por meio de declaração clara e completa, que indique a origem dos dados, a inexistência de registro, os critérios utilizados e a finalidade do tratamento, fornecida no prazo de até 7 (sete) dias, contado da data do requerimento do titular.
- (D) o dado pessoal sobre as dívidas de consumo de consumidor superendividado é considerado como dado pessoal sensível e, como tal, seu tratamento somente poderá ocorrer quando o titular consentir, de forma específica e destacada, no instrumento de autorização.
- (E) o consentimento ao tratamento de dados pessoais do consumidor pode ser revogado a qualquer momento mediante manifestação expressa do titular, observado o procedimento e os requisitos determinados pelo controlador, ratificados os tratamentos realizados sob amparo do consentimento anteriormente manifestado.

72

A consumidora Atalanta requereu a instauração de processo de repactuação de dívidas, com vistas à realização de audiência conciliatória de superendividamento. Realizada a audiência, não houve êxito na conciliação em relação a sete dos vinte credores de Atalanta.

O juiz, a pedido da consumidora, instaurou processo por superendividamento para repactuação das dívidas remanescentes e apresentação de plano judicial compulsório para os sete credores cujos créditos não integraram o acordo celebrado.

Sobre as condições legais impositivas ao pagamento dos sete credores, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os credores terão assegurado, no mínimo, o valor do principal devido, corrigido monetariamente pelo IPCA e juros de até 6% (seis por cento) ao ano, sendo que a primeira parcela será devida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado de sua homologação judicial e preverá a liquidação total da dívida em até 5 (cinco) anos.
- (B) Os credores terão assegurado, no mínimo, o valor do principal devido, com juros de até 12% (doze por cento) ao ano, e preverá a liquidação total da dívida em até 10 (dez) anos, contados de sua homologação judicial, sendo que a primeira parcela será devida no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da data da publicação da decisão homologatória.
- (C) Os credores terão assegurado, no mínimo, o valor do principal devido, corrigido monetariamente por índices oficiais de preço, e preverá a liquidação total da dívida, após a quitação do plano de pagamento consensual, em, no máximo, 5 (cinco) anos, sendo a primeira parcela devida no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da sua homologação judicial, e o restante do saldo será devido em parcelas mensais iguais e sucessivas.
- (D) Os credores terão assegurado, no mínimo, o valor de 75% (setenta e cinco por cento) do principal, corrigido monetariamente pelo IPCA, com o pagamento da primeira parcela na data em que o consumidor tiver pago mais de 50% (cinquenta por cento) do plano de pagamento consensual, e preverá a liquidação total da dívida em, no máximo, 7 (sete) anos, em parcelas mensais iguais e sucessivas.
- (E) Os credores terão assegurado, no mínimo, o valor de 50% (cinquenta por cento) do principal, corrigido monetariamente por índices oficiais de preço, com o pagamento da primeira parcela no prazo máximo de 240 (duzentos e quarenta) dias da data da homologação judicial, e preverá a liquidação total da dívida em, no máximo, 3 (três) anos, em parcelas mensais sucessivas e com juros de 0,5% (zero vírgula cinco) ponto percentual por mês.

73

A Lei nº 14.133/2021 define o pregão nos seguintes termos: *modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.*

À luz do disposto na mencionada norma, é correto afirmar que tal modalidade licitatória

- (A) deve ser realizada preferencialmente de forma presencial.
- (B) é vedada para a contratação de qualquer serviço de engenharia.
- (C) não pode ser utilizada no âmbito do sistema de registro de preços.
- (D) é cabível para a contratação de leiloeiro, situação em que deve adotar o critério de julgamento de maior desconto para as comissões a serem cobradas.
- (E) deve seguir um rito especial, no qual, em regra, a fase de habilitação antecede a de julgamento, aspecto em que se diferencia da concorrência.

74

Instada a se manifestar acerca das peculiaridades atinentes às garantias no âmbito das contratações realizadas por sociedades de economia mista e empresas públicas, com fulcro na Lei nº 13.303/2016, Suyane respondeu corretamente que

- (A) a prestação da garantia pode ser exigida pela entidade administrativa, cabendo ao contratado optar entre as modalidades caução em dinheiro, seguro garantia e fiança bancária.
- (B) a prestação de garantia não está sujeita à atualização monetária, ainda que efetuada por meio de caução em dinheiro, a ser realizada em valor fixo de, no máximo, 10% (dez por cento) do valor do contrato.
- (C) a prestação de garantia para obras de grande vulto, envolvendo complexidade técnica e riscos financeiros elevados, pode alcançar o limite de 50% (cinquenta) por cento do valor do contrato.
- (D) a prestação de garantia para as contratações de serviços pelas entidades administrativas não excederá a 15% (quinze por cento) do valor do contrato e terá seu montante atualizado nas mesmas condições nele estabelecidas.
- (E) a prestação de garantia pode ser exigida para as contratações de obras ou serviços, mas não para aquelas atinentes às compras a serem realizadas pelas entidades administrativas em questão.

75

A sociedade *Delta*, após o devido processo administrativo, sofreu a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, em razão do que os respectivos administradores passaram a participar de licitações por meio da sociedade *Beta*, coligada de *Delta*, de forma dissimulada, com vistas a ludibriar a Administração Pública e continuar participando dos certames.

Ao verificarem tal situação, as autoridades competentes em âmbito administrativo estão analisando a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica da sociedade *Delta*, para fins de estender os efeitos da sanção a ela aplicada para a sociedade *Beta*.

Diante dessa situação hipotética, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que a desconsideração da personalidade jurídica

- (A) para estender os efeitos da sanção aplicada é automática na esfera administrativa, pois, diante da gravidade da dissimulação, não há necessidade de se respeitar a ampla defesa e o contraditório.
- (B) para fins de estender efeitos de sanções decorrentes da prática de infrações à norma em questão apenas pode ser realizada pelo Poder Judiciário.
- (C) na esfera administrativa restringe-se às hipóteses de ressarcimento ao erário, para fins de atingir o patrimônio dos sócios e administradores, não sendo cabível para estender efeitos de sanção administrativa.
- (D) é medida excepcional cuja finalidade precípua é atingir o patrimônio dos sócios em situações de abuso de direito ou fraude à lei, que apenas pode ser determinada pelo Poder Judiciário.
- (E) é possível sempre que a sociedade for utilizada com abuso do direito para dissimular a prática dos atos ilícitos previsto na norma em questão, sendo viável a extensão de todos os efeitos da sanção aplicada, observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

76

Os representantes de diversos Estados e Municípios estão debatendo as questões atinentes à extinção ou eventual prorrogação dos instrumentos relacionados a permissões e concessões de serviços públicos, alguns, inclusive, formalizados sem licitação.

Diante dessa situação hipotética, à luz da orientação do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

- (A) não é possível a prorrogação das permissões de serviços públicos realizadas sem licitação, ainda que anteriores à Constituição Federal de 1988.
- (B) os aludidos entes federativos podem editar lei no sentido de que não haverá indenização, para fins de reversão, no advento do termo dos mencionados contratos, submetendo o pagamento de tais valores ao regime de precatórios.
- (C) é cabível a prorrogação tanto para os contratos concessão quanto para as permissões até a amortização dos investimentos relacionados aos bens que serão objeto de reversão, mediante a edição de Decreto do Poder Concedente.
- (D) a eventual prorrogação dos mencionados contratos, ou a sua extinção por decurso de prazo submete-se à discricionariedade dos aludidos entes federativos, que poderão optar pela melhor forma de dar continuidade aos serviços públicos em questão.
- (E) extinto o contrato de concessão por decurso de prazo, a assunção do serviço público pelo Poder Concedente, mediante a ocupação das instalações e a utilização de todos os bens reversíveis não pode ser realizada sem a prévia indenização daqueles que não foram amortizados.

77

Foi apresentada proposta de Emenda à Constituição do Estado de Santa Catarina, sendo iniciada a sua tramitação no âmbito da Assembleia Legislativa, principiando pela tramitação no âmbito da comissão competente.

À luz dessa narrativa e dos balizamentos estabelecidos no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar que a proposta será analisada apenas pela

- (A) Comissão de Constituição e Justiça e pelas Comissões Permanentes cujas competências tangenciem o objeto da proposta.
- (B) Comissão Especial e por todas as Comissões Permanentes cujas competências tangenciem o objeto da proposta.
- (C) Comissão Especial, pela Comissão de Constituição e Justiça e por até três Comissões Permanentes.
- (D) Comissão de Constituição e Justiça e por até duas Comissões Permanentes.
- (E) Comissão de Constituição e Justiça e por Comissão Especial.

78

No âmbito do Estado *Alfa*, foi editada a Lei nº 123 dispondo sobre a matéria X, tendo João preenchido os requisitos previstos nesse diploma normativo para a fruição de um benefício estatutário ali previsto, embora não o tenha requerido. Posteriormente, a Lei nº 234 revogou tacitamente a Lei nº 123, passando a disciplinar integralmente a matéria em sentido diametralmente oposto. Como João requereu o benefício sob a égide da Lei nº 234, a autoridade competente indeferiu o requerimento por não estar amparado na lei vigente, o que era verdade. Por fim, a Lei nº 345 apenas revogou a Lei nº 234, sem nada dispor sobre o referido benefício estatutário.

À luz dessa narrativa e dos balizamentos estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 4.657/1942, é correto afirmar que

- (A) apesar da revogação da Lei nº 234, o benefício estatutário não passou a ser regido pela Lei nº 123, logo, João não faz jus à sua percepção.
- (B) com a revogação da Lei nº 234, o benefício estatutário passou a ser regido pela Lei nº 123, logo, João faz jus à sua fruição.
- (C) como a Lei nº 345 revogou a Lei nº 234, o benefício estatutário deixou de existir e João não tem o direito de fruí-lo.
- (D) como João somente requereu o benefício estatutário quando a Lei nº 234 estava em vigor, ele não faz jus à sua percepção.
- (E) apesar de João ter requerido o benefício estatutário quando a Lei nº 234 estava em vigor, ele faz jus à sua percepção.

79

O Estado *Alfa*, com o objetivo de ampliar a proteção dos consumidores e contribuir para o aumento da eficiência na atividade empresarial e na prestação de serviços, editou o Código Estadual de Defesa do Consumidor (CEDC). Esse diploma normativo, entre outros comandos, estatuiu normas de proteção aos usuários dos seguintes serviços:

- I. serviço local de gás canalizado;
- II. transporte coletivo intermunicipal; e
- III. serviço de acesso à *internet*, especificamente na perspectiva da eficiência.

Determinado legitimado à deflagração do controle concentrado de constitucionalidade solicitou que sua assessoria analisasse a conformidade constitucional desse diploma normativo, considerando a divisão constitucional de competências.

Nesse caso, deve ser corretamente respondido que

- (A) o CEDC não apresenta nenhum vício de constitucionalidade.
- (B) o Estado *Alfa* não tem competência para editar um CEDC.
- (C) somente há vício em relação à disciplina descrita em III.
- (D) somente há vício em relação à disciplina descrita em II.
- (E) somente há vício em relação à disciplina descrita em I.

80

João, Deputado Estadual junto à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, almejava apresentar um requerimento de solicitação de encerramento de discussão de proposição.

Ao analisar o Regimento Interno dessa Casa Legislativa em relação à forma a ser observada e ao órgão competente para apreciá-lo, concluiu corretamente que o referido requerimento

- (A) deve ser escrito e está sujeito à deliberação do Plenário.
- (B) deve ser escrito e está sujeito apenas a despacho do Presidente da Assembleia.
- (C) pode ser verbal ou escrito e está sujeito à deliberação da Mesa.
- (D) não possui forma pré-definida e deve ser decidido pelo Presidente, ouvido o Plenário.
- (E) pode ser verbal ou escrito e está sujeito a despacho do Presidente da Assembleia, ouvida a Mesa.

Questão Discursiva

João, empresário, residente e domiciliado no Município *Alfa*, pretendia explorar determinada atividade econômica organizada para a produção de bens, de forma a lhe gerar lucro e, ao mesmo tempo, beneficiar a população local. Após consultar o seu advogado, o particular foi informado sobre a necessidade de obter, junto ao Poder Público, uma licença, garantindo o regular funcionamento do novo empreendimento. Desta forma, João ingressou com o requerimento na municipalidade, visando à expedição da licença, mas o pedido foi negado, em observância às formalidades legais. Irresignado, o particular resolveu exercer a atividade de forma irregular, ao argumento de que surgiriam externalidades positivas à coletividade com a arrecadação de impostos e a geração de empregos. Nada obstante, dois meses após a abertura do estabelecimento comercial, houve uma fiscalização realizada pelos agentes públicos competentes, os quais, sem a intervenção do Poder Judiciário, interditaram o local.

Com base no cenário hipotético narrado, responda de forma fundamentada ao que se pede a seguir.

1. **Conceitue o poder de polícia, trazendo à baila as quatro fases do ciclo de polícia.**
2. **Qual é a natureza jurídica da licença de polícia? Diferencie a licença de polícia da autorização de polícia.**
3. **Os agentes públicos, ao interditarem o estabelecimento comercial sem a prévia intervenção do Poder Judiciário, atuaram de forma regular? Fundamente a resposta perpassando pelos atributos do poder de polícia.**
4. **É possível, em tese e nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a delegação do poder de polícia a pessoas jurídicas de direito privado ou somente pessoas jurídicas de direito público podem exercê-lo? Caso o candidato (a) entenda que o poder de polícia pode ser delegado, quais são os requisitos para tanto? Caso o candidato (a) conclua pela impossibilidade, qual é a *ratio* por trás da vedação?**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

